

Nota Técnica 25: BPC - Panorama Geral, Evolução e Soluções Possíveis

SERGIO KELNER SILVEIRA¹

CAROLINA BELTRÃO DE MEDEIROS²

Introdução

A nota técnica apresenta um panorama sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC) no Brasil. O documento enfoca o crescimento acentuado no número de beneficiários vinculados ao BPC. O objetivo é analisar as causas desse aumento e propor soluções para uma administração mais eficiente e sustentável do programa.

O BPC é essencial na política social do Brasil, oferecendo suporte financeiro a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. A nota explora a interconexão entre o BPC e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), mostrando como esses sistemas se complementam para atender às necessidades dos cidadãos mais vulneráveis.

É apresentado um panorama atual, destacando uma reportagem do jornal Valor Econômico, que aponta para um aumento expressivo nos gastos do BPC, quase atingindo 1% do PIB. Especialistas sugerem a necessidade de medidas para controlar essas despesas em meio a um quadro de austeridade fiscal.

Além disso, detalha-se a evolução histórica do BPC, relacionando as variações percentuais anuais no aumento dos benefícios a diferentes administrações governamentais, partindo do primeiro governo Lula até o atual. Dados estatísticos são apresentados para ilustrar as tendências, incluindo o aumento na proporção da população com 65 anos ou mais e as implicações dessa transição demográfica para os sistemas de saúde e previdência social.

Complementarmente, são fornecidos dados censitários da população brasileira, informações sobre o número de beneficiários do BPC e a porcentagem dessa população ao longo dos anos. A análise das variações anuais dos beneficiários entre pessoas com deficiência e idosos é complementada por gráficos que demonstram a volatilidade e tendências significativas após a implementação de legislações-chave.

Em conclusão, a nota técnica oferece recomendações para uma gestão mais eficaz do BPC, incluindo a revisão dos critérios de elegibilidade, combate à fraude, monitoramento contínuo, apoio à inclusão produtiva e preparação para as pressões demográficas futuras.

1. O BPC no contexto do SUAS

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) estão diretamente relacionados dentro do contexto da política social brasileira, visando oferecer suporte a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social.

¹ Economista do Núcleo de Inovações Sociais em Políticas Públicas da Fundaj/MEC. sergio.kelner@fundaj.gov.br

² Pesquisadora do Núcleo de Inovações Sociais em Políticas Públicas da Fundaj/MEC. carolina.medeiros@fundaj.gov.br

BPC (Benefício de Prestação Continuada) é um direito garantido pela Constituição Federal e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, sancionada em 7 de dezembro de 1993, consistindo em um benefício no valor de um salário mínimo mensal destinado a pessoas idosas (com 65 anos ou mais) e pessoas com deficiência de qualquer idade, ambas demonstrando não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

O SUAS (Sistema Único de Assistência Social) é o modelo de gestão adotado pelo Brasil para organizar as ações de assistência social no país. Esse Sistema estrutura a rede de serviços socioassistenciais, promovendo a organização e a coordenação das ações de assistência social em dois níveis de proteção: básica e especial. Ele visa a garantia de direitos sociais, o enfrentamento da pobreza, a capacitação e a integração ao mercado de trabalho, além de promover a autonomia das pessoas e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

2. Relação entre o BPC e o SUAS:

Complementaridade: O BPC integra as políticas de assistência social geridas pelo SUAS, representando uma das formas de proteção social no Brasil. Ele é complementar às demais ações, programas e serviços oferecidos pelo SUAS, contribuindo para a segurança de renda das populações mais vulneráveis.

Identificação e Acesso: O SUAS, por meio de seus Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), desempenha um papel crucial na identificação de potenciais beneficiários do BPC, no apoio ao processo de solicitação do benefício e no acompanhamento das famílias beneficiárias. O CRAS atua como porta de entrada para os serviços socioassistenciais, incluindo o acesso ao BPC.

Acompanhamento: Beneficiários do BPC podem ser acompanhados por serviços socioassistenciais oferecidos pelo SUAS, especialmente aqueles que necessitam de apoio continuado, seja por questões relacionadas à deficiência ou à velhice. Este acompanhamento visa promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários.

Portanto, o BPC e o SUAS estão intrinsecamente ligados, com o BPC servindo como um mecanismo de proteção social dentro do amplo espectro de ações e serviços oferecidos pelo SUAS para promover a assistência social, a inclusão e a proteção dos direitos dos cidadãos mais vulneráveis no Brasil.

3. Panorama Atual

Reportagem publicada no jornal Valor Econômico em 8 de abril de 2024³ destaca um aumento significativo nas despesas governamentais com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), apontando que os gastos já se aproximam de 1% do PIB, com especialistas sugerindo medidas para controlar essas despesas. Uma síntese dessa matéria foi organizada e é apresentada na sequência.

³ <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/04/08/despesa-com-bpc-dispara-e-beneficio-ja-e-quase-1-do-pib.ghtml>

Contexto

O aumento do estoque de benefícios em 11,3% em relação a 2022 resultou em um total de 5,8 milhões de beneficiários no início do ano. Esse crescimento reflete uma pressão demográfica e pode estar relacionado às mudanças nas políticas de concessão de benefícios.

Impacto Econômico

O crescimento real de 12,4% nas despesas com o BPC em 2023 tem implicações significativas para a economia, com a despesa aproximando-se de 1% do PIB. Esse aumento coloca pressão sobre o orçamento federal, especialmente considerando o novo arcabouço fiscal que limita o crescimento das despesas governamentais.

Gestão

As ações do governo e do INSS⁴ para acelerar a análise de requerimentos e reduzir as filas têm sido um foco central da gestão do BPC, com o objetivo de tornar o processo mais eficiente e acessível.

Política de Governo

As recentes mudanças na política de valorização do salário mínimo afetam diretamente o valor do BPC, pois este é atrelado ao piso salarial. Essa ligação aumenta a relevância do benefício na política de assistência social, mas também amplia o impacto de tais políticas no orçamento.

Estratégias de Controle

Para enfrentar os desafios de sustentabilidade do BPC, especialistas sugerem estratégias que incluem a revisão dos critérios de elegibilidade e a desvinculação do benefício da política de valorização do salário mínimo. Além disso, ações governamentais no combate à fraude e revisão cadastral são essenciais para manter a integridade e eficácia do programa.

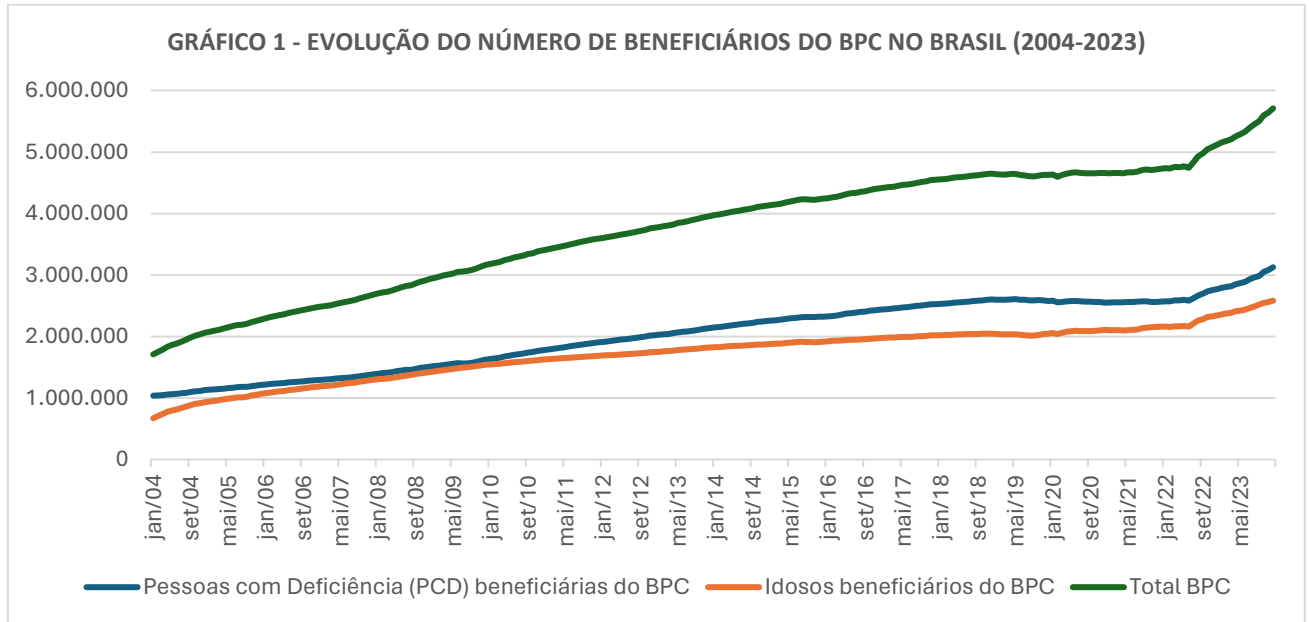
4. O BPC ao longo do tempo

O Gráfico 1 apresenta a evolução quantitativa dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), discriminando entre pessoas com deficiência (PCD) e idosos, bem como o somatório geral de beneficiados. A análise evidencia:

- i. O contingente global de beneficiários do BPC revela um incremento progressivo e ininterrupto no intervalo de janeiro de 2004 a dezembro de 2023. Essa elevação constante reflete o reforço das políticas sociais de amparo e a crescente inclusão social promovida pelo BPC.
- ii. Especificamente, o segmento de idosos que acessam o BPC também demonstra um padrão de crescimento, menos pronunciado se comparado ao aumento global. Este padrão denota uma expansão estável na quantidade de idosos amparados pelo benefício ao longo dos anos.

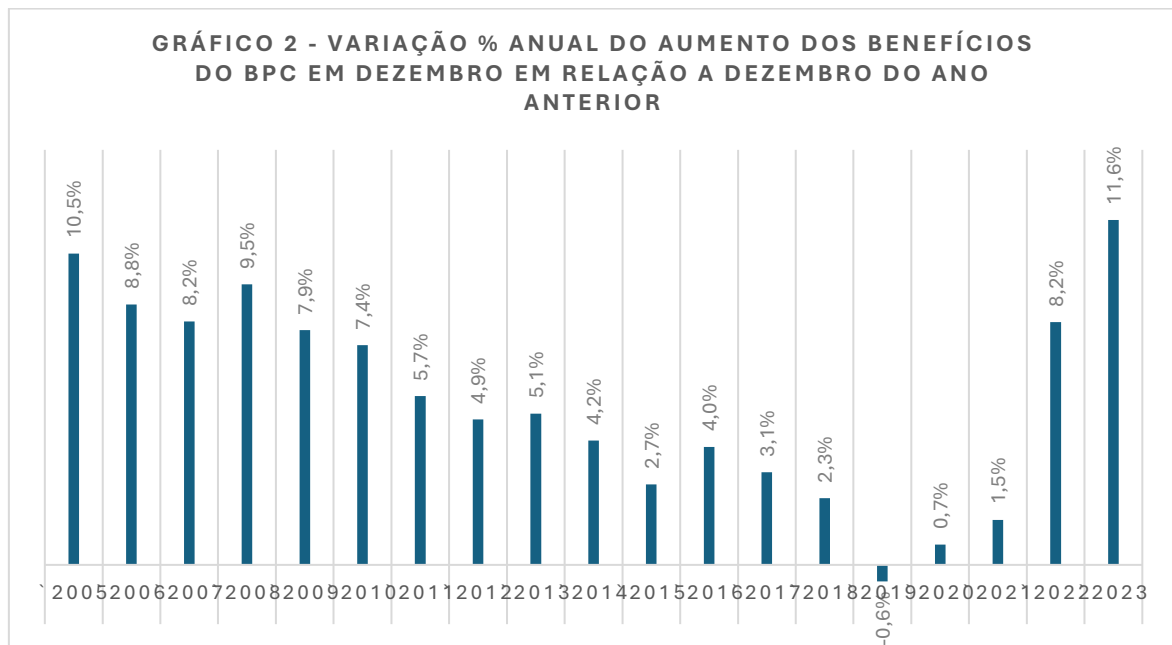
⁴ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-02/inss-autoriza-avaliacao-social-por-videoconferencia> e <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/noticias-e-conteudos/2024/marco/mps-inicia-pericias-medicas-com-uso-de-telemedicina>

- iii. Similarmente, o número de pessoas com deficiência contempladas pelo BPC acompanha um aumento gradual, alinhado com o dos idosos, denotando uma inclusão sistemática desse grupo no programa de benefícios durante o período analisado.



Fonte: SECRETARIA DE AVALIAÇÃO, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CADASTRO ÚNICO – SAGICAD (2024)

O gráfico 2 apresenta as variações percentuais anuais no aumento dos benefícios do BPC (Benefício de Prestação Continuada) em dezembro em relação ao mesmo mês do ano anterior, de 2005 a 2023. Para relacionar as variações com os períodos governamentais no Brasil e suas políticas sociais, consideremos os seguintes governos:



Fonte: SECRETARIA DE AVALIAÇÃO, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CADASTRO ÚNICO – SAGICAD (2024)

Governo Lula (2003-2010): A gestão de Luiz Inácio Lula da Silva foi marcada por um forte viés social, com programas como o Bolsa Família. Observa-se no gráfico que, durante parte desse período (2005-2010), houve aumentos consistentes nos benefícios, exceto por uma leve queda em 2009, que pode estar relacionada à crise econômica mundial de 2008.

Governo Dilma (2011-2016): Durante o governo de Dilma Rousseff, os aumentos continuaram, mas começaram a apresentar uma tendência de queda a partir de 2014, possivelmente refletindo as dificuldades econômicas que o país começou a enfrentar e que culminaram com a recessão econômica.

Governo Temer (2016-2018): Com Michel Temer, o país passou por um período de ajustes fiscais e reformas, o que pode ser parcialmente responsável pela diminuição nos aumentos do BPC observada em 2017 e 2018.

Governo Bolsonaro (2019-2022): Jair Bolsonaro assumiu com uma agenda menos focada na social e mais na economia e ajustes fiscais. O gráfico mostra um aumento muito pequeno em 2019 e uma redução em 2020. Em 2021, houve um aumento significativo que pode ter sido influenciado por políticas de resposta à pandemia de COVID-19 e seus efeitos sociais e econômicos. Em 2022, a variação volta a subir para 8,2%.

Governo Lula (2023 em diante): O aumento de 11,6% em 2023 é o maior desde 2006, resultado de uma mudança na política social e compensando o represamento pelos anos anteriores.

Considerando esses aspectos o que é relevante colocar:

A taxa média anual de crescimento para o período de 2005 a 2016 foi de aproximadamente 6,58%. A taxa média anual de crescimento para o período de 2017 a 2021 é de aproximadamente 1,4%. A partir de 2022 as taxas voltaram a subir em função do momento político vivido no país.

A tabela 1 fornece dados da população do Brasil e informações sobre o número de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), além de mostrar a porcentagem de beneficiários em relação à população total nos anos de 2004⁵, 2010 e 2023.

Tabela 1: Proporção de Beneficiários do BPC na População Brasileira

Referência	População Brasil	Beneficiários Idosos	% da População	Beneficiários com Deficiência	% da População	Número de Beneficiários do BPC	% da População
2004	181.581.024	1.127.849	0,6%	933.164	0,5%	2.061.013	1,14%
2010	196.400.000	1.625.625	0,8%	1.541.220	0,8%	3.166.845	1,61%
2023	203.080.756	3.127.083	1,5%	2.583.750	1,3%	5.710.833	2,81%

Fonte: SECRETARIA DE AVALIAÇÃO, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CADASTRO ÚNICO – SAGICAD e IBGE (2024)

⁵ População aferida por projeção

A tabela fornece uma visão clara do aumento significativo na proporção de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) dentro da população brasileira, entre os anos de 2004, 2010 e 2023.

Em 2004, havia 1.127.849 idosos beneficiários do BPC, representando 0,6% da população total do Brasil. Em 2010, esse número aumentou para 1.625.625 idosos, equivalente a 0,8% da população, refletindo um aumento tanto no número absoluto quanto na porcentagem da população. Até 2023, o número de idosos beneficiários do BPC mais do que dobrou para 3.127.083, agora representando 1,5% da população total. Esse crescimento é consistente com o envelhecimento demográfico observado no país.

Em 2004, os beneficiários do BPC com deficiência eram 933.164, correspondendo a 0,5% da população. Em 2010, esse número subiu para 1.541.220, mantendo-se proporcionalmente em 0,8% da população. Em 2023, o número de beneficiários com deficiência aumentou significativamente para 2.583.750, que agora constituem 1,3% da população. Este aumento pode estar relacionado à melhor identificação e reconhecimento das deficiências e/ou à ampliação dos critérios de elegibilidade.

O número total de beneficiários do BPC era de 2.061.013 em 2004, representando 1,14% da população brasileira. Em 2010, esse total aumentou para 3.166.845, ou 1,61% da população total, mostrando uma tendência de crescimento contínuo. Em 2023, o total de beneficiários subiu para 5.710.833, o que representa 2,81% da população. Isso indica uma escalada acentuada no número de beneficiários, bem acima do crescimento populacional. Este aumento substancial pode ser devido a uma combinação de fatores, incluindo mudanças na política social, maior conscientização e acesso ao programa, além de alterações demográficas.

A tendência é de um aumento progressivo no número de beneficiários do BPC ao longo dos anos, tanto entre idosos, como para deficientes. Essa tendência sugere um peso crescente sobre os recursos do governo dedicados à assistência social e destaca a importância de planejamento e gestão eficiente dos programas sociais para lidar com o envelhecimento da população e as necessidades das pessoas com deficiência no Brasil.

De acordo com os dados do IBGE, no ano 2000, a proporção da população com 65 anos ou mais era de 5,9%. Isso mostra uma população mais jovem em geral, com uma base mais larga na pirâmide etária. Uma base larga indica uma maior proporção de jovens em relação aos idosos, o que é característico de países em desenvolvimento.

Tabela 2: Proporção da População por Grupos Etários no Brasil

Ano	% < 65 anos	% 65 anos ou mais
2000	94,1	5,9
2010	92,6	7,4
2022	89,1	10,9

Fonte: IBGE (2024)

Em 2010, essa proporção de idosos aumentou para 7,4% (6.852.400) Este é um claro indicativo do envelhecimento da população, onde a proporção de pessoas mais velhas começa a crescer

em relação às mais jovens. Na pirâmide etária, isso se reflete em uma base que está encolhendo e um corpo que está se expandindo, indicando mais pessoas na faixa de meia-idade e idosos.

Chegando a 2022, demonstra-se que 10,9% da população tem 65 anos ou mais. Isso confirma a tendência de envelhecimento da população brasileira, uma tendência observada globalmente em muitas sociedades.

Essa transição demográfica afeta vários aspectos da sociedade, como a necessidade de mais serviços de saúde adaptados a uma população mais velha, mudanças no mercado de trabalho devido à aposentadoria de uma grande parte da população e a necessidade de ajustes nos sistemas de previdência social para lidar com a relação decrescente entre trabalhadores ativos e aposentados e os vulneráveis.

5. Analisando o BPC do período imediatamente anterior à pandemia

A pandemia foi um período crítico no qual muitas políticas foram mudadas para ajustar à realidade da situação. É importante fazer uma análise do período para termos uma base de comparação.

A Tabela 3 apresenta dados sobre os beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), um programa de bem-estar social no Brasil. Ele mostra o número de pessoas com deficiência (PCD) e idosos que se beneficiam deste programa, ao longo de cinco pontos de referência em dezembro de cada ano, de 2019 a 2023. Além disso, inclui a variação percentual (Var %) em relação ao ano anterior para cada grupo.

Tabela 3: Variação Anual dos Beneficiários do BPC entre Pessoas com Deficiência (PCD) e idosos

Referência	Pessoas com Deficiência (PCD) beneficiárias do BPC	Var %	Idosos beneficiários do BPC	Var %
dez/19	2.579.475		2.046.710	
dez/20	2.550.665	-1,1%	2.107.344	3,0%
dez/21	2.568.657	0,7%	2.159.970	2,5%
dez/22	2.770.710	7,9%	2.345.108	8,6%
dez/23	3.127.083	12,9%	2.583.750	10,2%

Fonte: SECRETARIA DE AVALIAÇÃO, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CADASTRO ÚNICO – SAGICAD (2024)

Beneficiários com Deficiência (PCD): Houve uma leve diminuição de 1,1% no número de beneficiários de dezembro de 2019 para dezembro de 2020. No entanto, a partir de dezembro de 2020, houve um aumento consistente, com um crescimento de 0,7% em 2021, um aumento mais significativo de 7,9% em 2022 e um aumento substancial de 12,9% em 2023.

Beneficiários Idosos: O número de beneficiários idosos aumentou consistentemente a cada ano, sem quedas reportadas. Os aumentos são de 3,0% em 2020, 2,5% em 2021, 8,6% em 2022 e o maior aumento registrado de 10,2% em 2023.

Tendências e Implicações:

Ambas as categorias viram crescimento no número de beneficiários ao longo do período de quatro anos, com uma aceleração particularmente notável nos anos mais recentes de 2022 e 2023. Os dados sugerem que mais indivíduos estão sendo enquadrados nos benefícios do BPC, ou que os critérios de qualificação podem ter se expandido. As maiores taxas de crescimento nos anos mais recentes podem indicar mudanças na política, aumento da necessidade ou melhoria do acesso ao programa.

Alguns fatores podem ajudar a explicar essas transformações. Ocorreram diversas mudanças na legislação do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Uma das mais significativas foi a Lei Nº 13.982, de 2 de abril de 2020 que no Art. 20-A modificou disposição anterior ampliando o valor mínimo per capita para concessão do BPC. *“Em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), o critério de aferição da renda familiar mensal per capita previsto no inciso I do § 3º do art. 20 poderá ser ampliado para até 1/2 (meio) salário-mínimo”*. Esse dispositivo ampliava a margem de concessão, mas foi revogado pela Lei nº 14.176/2021, de 22 de junho deste ano, que definiu que indivíduos com deficiência e idosos com 65 anos ou mais têm direito ao BPC, se a renda familiar mensal per capita for igual ou inferior a 1/4 do salário mínimo. Essa mudança restabeleceu o critério anterior. Mas, essa mesma lei trouxe novas possibilidades de ampliação do critério de renda para até 1/2 salário mínimo, dependendo de outros fatores como grau da deficiência, dependência de terceiros para atividades básicas da vida diária e comprometimento do orçamento familiar com gastos médicos, tratamentos de saúde, fraldas, alimentos especiais e medicamentos não fornecidos gratuitamente pelo SUS.

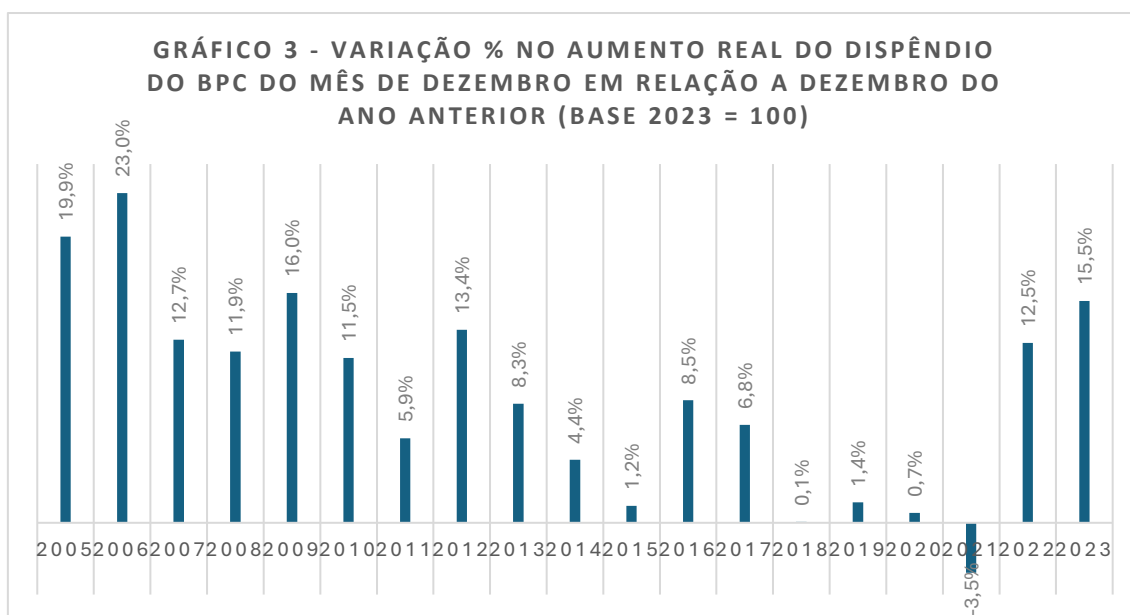
Outra mudança foi a criação do auxílio-inclusão, que é destinado a pessoas com deficiência moderada ou grave que preencham certos requisitos. Este auxílio foi regulamentado para incentivar a inclusão no mercado de trabalho, estipulando que aqueles que recebem remuneração de até dois salários mínimos e têm inscrição atualizada no Cadastro Único podem receber o benefício.

Adicionalmente, foram feitas adaptações para melhorar o acesso e a manutenção do benefício, como a possibilidade de realizar a avaliação social da deficiência por videoconferência, evitando a necessidade de deslocamento até uma agência da Previdência Social.

6. Os Dispêndios com o BPC

O gráfico 3 mostra a variação percentual no aumento real⁶ do dispêndio do Benefício de Prestação Continuada (BPC) no mês de dezembro em relação a dezembro do ano anterior, com a base sendo 2023 igual a 100. Entre dezembro de 2004 e dezembro de 2023 o valor real do dispêndio mensal aumentou 392%.

⁶ Ajuste realizado pelo IPCA para fins de análise



Fonte: SECRETARIA DE AVALIAÇÃO, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CADASTRO ÚNICO – SAGICAD (2024)

Os anos com maior incremento são:

2005: 19,9%

2006: 23,0%

Os anos com menor incremento são:

2018: 0,1%

2020: 1,4%

2021 apresentou variação negativa real no gasto mensal.

Observamos uma tendência de altos aumentos nos primeiros anos representados, com os picos em 2005 e 2006. Após isso, houve uma redução significativa nos aumentos percentuais ao longo dos anos, com os menores valores ocorrendo em 2018 e 2020. Em 2023, houve um aumento maior comparado aos últimos cinco anos, atingindo 15,6%.

A despesa com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) estar atrelada à variação do salário mínimo tem implicações importantes:

Sensibilidade Orçamentária: Como o BPC está vinculado ao salário mínimo, qualquer aumento no salário mínimo resulta diretamente em um aumento proporcional nos gastos com o BPC. Isso significa que políticas de valorização do salário mínimo podem ter um impacto significativo no orçamento federal.

Vulnerabilidade a Políticas Econômicas: Os ajustes no salário mínimo são frequentemente usados como ferramentas de política econômica e social, podendo ser afetados por considerações além das necessidades dos beneficiários do BPC. Isso pode tornar o programa vulnerável a mudanças políticas que não levam em conta a sustentabilidade do próprio programa.

Aumento Automático de Custos: Se o salário mínimo aumenta, os gastos com o BPC também aumentam, independentemente de outras considerações econômicas ou orçamentárias. Isso pode dificultar o controle dos gastos públicos, especialmente se o aumento do número de beneficiários for substancial.

Proteção ao Poder de Compra: Por outro lado, essa vinculação garante que os beneficiários do BPC tenham seu poder de compra protegido contra a inflação, o que é uma importante medida de proteção social.

Desafios da Desvinculação: A desvinculação do BPC do salário mínimo pode controlar o crescimento das despesas, mas também pode resultar em uma redução do poder de compra dos beneficiários, o que é uma questão social sensível.

Equilíbrio entre Sustentabilidade e Adequação do Benefício: É necessário encontrar um equilíbrio entre a sustentabilidade financeira do programa e a adequação do benefício para atender às necessidades básicas dos idosos e pessoas com deficiência que dependem do BPC.

A análise do gráfico, que mostra anos de maiores e menores incrementos no dispêndio do BPC, reflete essas dinâmicas econômicas e sociais. Por exemplo, em anos de maior valorização do salário mínimo, os aumentos no dispêndio com o BPC são maiores. Em contrapartida, anos de menor valorização ou de políticas de contenção fiscal tendem a refletir incrementos mais modestos. Essa relação direta entre o salário mínimo e o dispêndio do BPC é um fator crítico na formulação de políticas públicas, exigindo atenção tanto para os aspectos econômicos quanto para os sociais.

Conclusões

Influência das Legislações: As alterações legislativas, como as Leis nº 13.982 e nº 14.176, têm impactado diretamente os critérios de concessão e o valor do BPC, mostrando que decisões políticas e econômicas são fatores-chave no comportamento do benefício.

Crescimento dos Beneficiários: Há um aumento significativo tanto no número absoluto quanto na proporção de beneficiários do BPC em relação à população total, crescendo de 1,14% em 2004 para 2,81% em 2023. Esse aumento indica uma maior cobertura do benefício, mas também sugere um maior peso no orçamento público. Mas a expansão do percentual de idosos (65 ou mais anos) é fator importante a considerar.

Variações Anuais: As variações percentuais anuais dos benefícios mostram um crescimento expressivo em alguns anos, com destaque para o aumento de 11,6% em 2023, o maior desde 2006. Essa variação reflete mudanças nas políticas sociais e possivelmente a compensação por períodos de represamento em anos anteriores.

Impacto Econômico: O crescimento real nas despesas com o BPC, aproximando-se de 1% do PIB, coloca pressão sobre o orçamento federal, especialmente considerando limitações de crescimento das despesas governamentais. Esse cenário requer atenção à sustentabilidade fiscal do programa.

Recomendações

Revisão dos Critérios de Elegibilidade: Uma avaliação dos critérios de elegibilidade pode ajudar a assegurar que o BPC seja concedido àqueles que realmente necessitam, mantendo a sustentabilidade do programa. Há evidências de fraude no cadastro⁷ do Bolsa Família, cujos operadores têm a mesma unidade de gestão.

Desvinculação do Salário Mínimo: Considerar a desvinculação do BPC da política de valorização do salário mínimo foi uma solução oferecida por especialistas para controlar o crescimento das despesas, mas é importante frisar que esta desvinculação empobrecerá a população que depende do benefício.

Combate à Fraude e Revisão Cadastral: Intensificar as ações de verificação e revisão cadastral para combater fraudes e assegurar a integridade e eficiência do programa.

Monitoramento e Avaliação Contínua: Estabelecer um sistema de monitoramento e avaliação que permita acompanhar o impacto das políticas no BPC e na população beneficiária, promovendo ajustes conforme necessário.

Apoio à Inclusão Produtiva: Fomentar políticas de inclusão produtiva para beneficiários do BPC, como o auxílio-inclusão, incentivando a autonomia e a integração ao mercado de trabalho.

Gestão Eficiente: Melhorar a eficiência administrativa na gestão do BPC, acelerando a análise de requerimentos e a redução de filas, o que pode contribuir para um processo mais acessível e menos oneroso ao orçamento.

Preparo para Pressões Demográficas: Preparar-se para as pressões demográficas futuras, como o envelhecimento da população, que tendem a aumentar a demanda pelo BPC, requerendo planejamento e políticas públicas estratégicas.

⁷ [https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dipes-1/publicacoes/Estrangulamentos do Cadastro Unico e Programa Bolsa.pdf](https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dipes-1/publicacoes/Estrangulamentos_do_Cadastro_Unico_e_Programa_Bolsa.pdf) e [https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dipes-1/publicacoes/A Importancia do Planejamento Gestao e Governanca na Operacao do Sistema Unico de Assistencia Social SUAS e seus impactos para o Bolsa Familia.pdf](https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dipes-1/publicacoes/A_Importancia_do_Planejamento_Gestao_e_Governanca_na_Operacao_do_Sistema_Unico_de_Assistencia_Social_SUAS_e_seus_impactos_para_o_Bolsa_Familia.pdf)